

# CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

## ECONOMIC GROWTH AND SOCIO-SPATIAL DEVELOPMENT IN CAMPOS DOS GOYTACAZES

Tatiana Tramontani Ramos <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense(UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Correspondência para: Tatiana Tramontani Ramos (tatiana\_tramontani@id.uff.br)

doi: 10.12957/geouerj.2016.16109

Recebido em: 16 abr. 2015 | Aceito em: 2 ago. 2016



### RESUMO

Diante das recentes transformações pelas quais vem passando a geografia da região Norte Fluminense, em especial, aquelas alavancadas pela indústria do petróleo e o empreendimento logístico-industrial do Porto do Açu, faz-se importante a implementação de estudos e pesquisas que relacionem e analisem os principais impactos dessas intervenções no espaço em diferentes escalas, bem como elaborar uma análise da real contribuição de tais transformações para o desenvolvimento sócio-espacial de Campos dos Goytacazes. A partir do conceito de desenvolvimento sócio-espacial, buscaremos avaliar os impactos da recente dinâmica econômica local e fazer um balanço dos ganhos relacionados ao desenvolvimento que se espera com investimentos do montante que se teve.

**Palavras-chave:** crescimento econômico; desenvolvimento sócio-espacial; segregação; Campos dos Goytacazes.

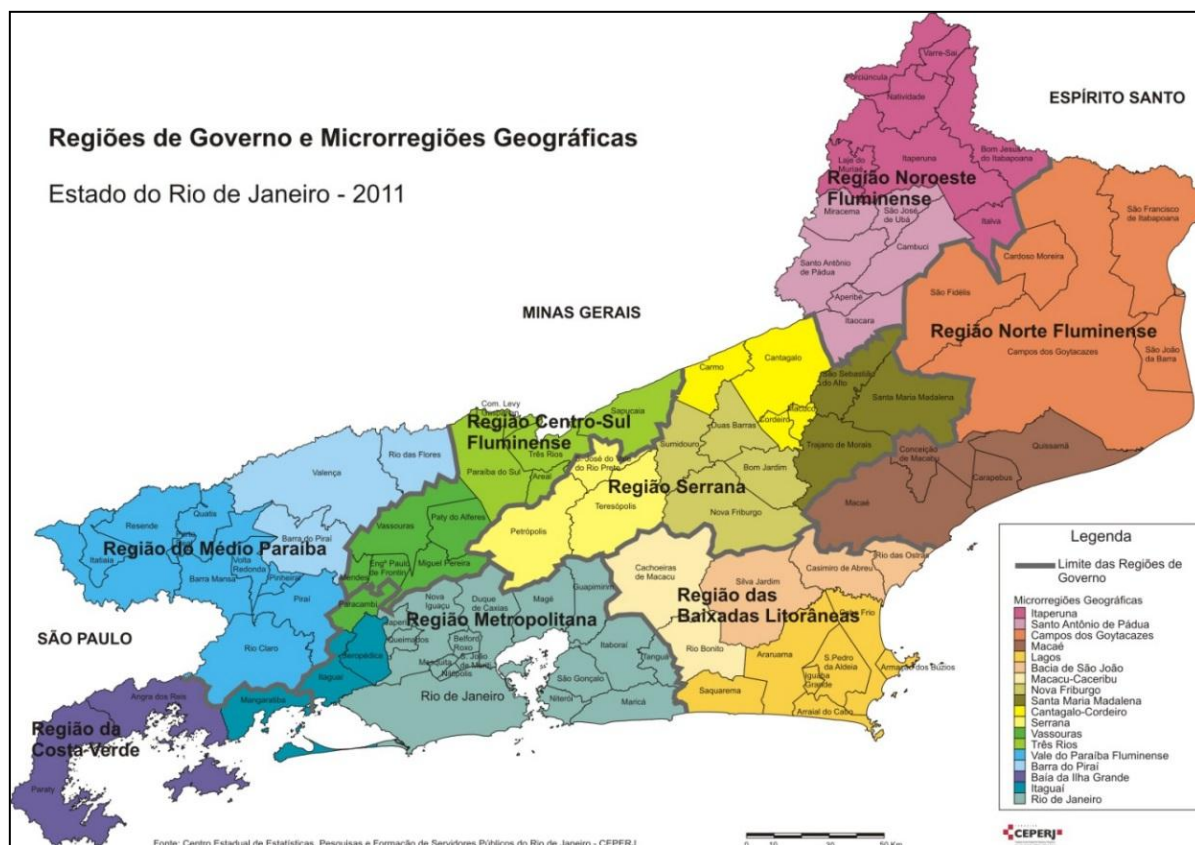
### ABSTRACT

*Given the recent transformations which has undergone the geography of Norte Fluminense region, in particular those leveraged by the oil industry and the logistical and industrial development of the Porto do Açu, it is important to implement studies and research that relate and analyze main impacts of these interventions in space at different scales and to develop a real conscious analysis contribution of such transformations for socio-spatial development of Campos dos Goytacazes. From the concept of socio-spatial development, seek review of the recent local economic dynamic impacts and take stock of the gains related to development that is expected to amount of investments have had.*

**Keywords:** economic growth; socio-spatial development; segregation; Campos dos Goytacazes.

### INTRODUÇÃO

A microrregião de Campos dos Goytacazes se define pela área de influência e polarização direta do município de mesmo nome e compõe, juntamente com a microrregião de Macaé, a macrorregião Norte Fluminense, conforme a Imagem 1. Trata-se de um território constituído de cinco municípios cujo maior em área, população e importância econômica absoluta e relativa se trata de Campos dos Goytacazes.



**Figura 1.** Fonte: Anuário Estatístico RJ, 2011 – Fundação CEPERJ.

O destaque econômico do município e seu entorno imediato não é recente no estado do Rio de Janeiro, tampouco sua importância para a economia nacional (CRUZ, 2003; PESSANHA e SILVA NETO, 2004; FAURÉ et al., 2008).

Ainda no século XVIII, a atividade açucareira consolidou-se na microrregião e desenvolveu-se, tanto em grandes latifúndios como em pequenas propriedades, expandindo-se ao longo do século XIX, inicialmente por meio dos engenhos e, posteriormente, através das usinas, que conferiram muita importância ao município de Campos dos Goytacazes, contribuindo, inclusive, para a duradoura coesão territorial de um município de grandes dimensões – o maior do estado do Rio de Janeiro que possui, atualmente, 92 municípios. De onde se conclui que não se trata de algo propriamente recente a inserção do Norte Fluminense como uma área de produção e distribuição de produtos primários e beneficiados, inicialmente a agroindústria da cana-de-açúcar e atualmente a extração mineral do petróleo e do gás natural.

Não é raro encontrarmos abordagens a respeito da Região e seus municípios que associam a descoberta do petróleo na Bacia de Campos a inauguração de uma “era de modernização” em escala regional, com destaque para alguns municípios. Contudo, há que se considerar que guardadas as proporções no que se refere ao que Milton Santos denomina “períodos técnicos” (SANTOS e SILVEIRA, 2001 e outros), podemos dizer que o Norte Fluminense há bastante tempo já apresenta certo destaque no que se refere à produção originada a partir da aplicação técnica/tecnologia e sua importância para a economia nacional, logo, pode-se dizer que há muito tempo Campos dos Goytacazes e, por que não, o Norte Fluminense, são “modernos”.

Em meados dos anos 1970, o Norte Fluminense começou a enfrentar uma importante transformação em sua história econômica com a descoberta de um lençol petrolífero na plataforma continental de sua costa, que passa a ser denominado Bacia de Campos (PIQUET, 2003; TERRA, 2004). As transformações trazidas por essa atividade passam a contribuir significativamente para uma ampla transformação não apenas econômica, mas também social e política da região, especialmente após o início das atividades de exploração.

Todo esse processo de pesquisa que levou à descoberta da Bacia de Campos está inserido em um projeto nacional muito mais amplo que diz respeito à inserção do Brasil em um novo momento do sistema capitalista que desponta nos países centrais e que faz parte de um novo período econômico em escala mundial. A partir desse momento (anos 1970), ainda levará alguns anos para que o Brasil apresente as principais transformações impulsionadas por esse novo período da história do capitalismo, mas há que se considerar desde então os esforços nacionais e de outras escalas de administração e governo na tentativa de acompanhar a locomotiva puxada pelos países centrais.

A instalação da Petrobrás em Macaé na década de 1970 e suas subsidiárias, prestadores de serviços e todas as atividades indiretas relacionadas ao crescimento do setor, vão trazer não só a contribuição dos repasses de royalties (que contribuem para gerar considerável acréscimo na receita municipal, tanto em termos diretos, quanto indiretos (TERRA, 2004 e 2007), mas uma ampla e diversificada gama de atividades que contribuem para a geração de empregos, circulação monetária, aumento do poder

aquisitivo local e regional (ainda que guardadas importantes discrepâncias em termos de desnível social e de renda que se expressam, inclusive, espacialmente) e aumento da circulação de pessoas a partir de uma nova, e peculiar, dinâmica migratória local e regional.

### Crescimento econômico em Campos dos Goytacazes

Quando mencionamos no contexto histórico e geográfico em que vem se dando o crescimento de Campos dos Goytacazes nas últimas décadas, não podemos deixar de refletir a respeito de quais os ganhos, quais as conquistas sociais identificadas por e a partir de tais processos, já que os ganhos estritamente econômicos saltam aos olhos: aumento extraordinário da arrecadação municipal e estadual, ganhos elevados com repasses municipais de royalties, geração de empregos formais, investimentos em infraestrutura etc.

A guinada para as novas atividades trazidas com/pelo petróleo imprime no Norte Fluminense, e em Campos dos Goytacazes, a transição de uma sociedade de base agrária (canaviais) e agroindustrial (usinas do setor sucroalcooleiro) para uma sociedade predominantemente urbana e industrial. Segundo dados do PNUD (2013), entre 1991 e 2000, a população do município de Campos dos Goytacazes cresceu a uma taxa média anual de 0,87%. Entre 2000 e 2010, esse crescimento subiu para 1,31%. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 84,46% para 89,45% (Tabela 1).

População Total – Rural/Urbana - Campos dos Goytacazes – RJ						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
<b>População total</b>	376.496	<b>100,00</b>	407.118	<b>100,00</b>	463.731	<b>100,00</b>
<b>Urbana</b>	317.981	<b>84,46</b>	364.177	<b>89,45</b>	418.725	<b>90,29</b>
<b>Rural</b>	58.515	<b>15,54</b>	42.941	<b>10,55</b>	45.006	<b>9,71</b>
<b>Taxa de fecundidade*</b>	2,4		2,2		2,1	

**Tabela 1.** Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013). \*no filhos/mulher.

Esses dados comprovam que a migração, nas duas últimas décadas, tem sido um forte catalisador de transformações sociais para Campos dos Goytacazes, pois nota-se uma desproporção entre a taxa de crescimento populacional e a taxa de fecundidade no período. Essa última é coerente com o aumento observado na taxa de urbanização. Os processos de migração que passam a vigorar na região Norte do estado abrangem diferentes escalas e contextos socioeconômicos. Abrangem a escala regional, com um fator de migração relacionado ao setor de serviços e administração pública; nacional, associado ao setor técnico especializado mormente ligado aos empreendimentos industriais e infraestrutura; e mesmo a escala internacional, relacionado à gestão do capital empresarial transnacional investido na região, em especial no setor petrolífero, logístico e de suporte direto aos anteriores.

Variável por ano		Campos dos Goytacazes
2002	Receita total	524.123.000,00
	Royalties e P.E.	348.260.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>66,45</b>
2003	Receita total	725.561.000,00
	Royalties e P.E.	475.182.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>65,49</b>
2004	Receita total	759.447.000,00
	Royalties e P.E.	549.607.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>72,37</b>
2005	Receita total	940.690.000,00
	Royalties e P.E.	678.425.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>72,12</b>
2006	Receita total	1.166.672.000,00
	Royalties e P.E.	852.565.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>73,08</b>
2007	Receita total	1.220.953.000,00
	Royalties e P.E.	780.099.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>63,89</b>
2008	Receita total	1.672.261.000,00
	Royalties e P.E.	1.168.608.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>69,88</b>
2009	Receita total	1.423.569.000,00
	Royalties e P.E.	993.167.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>69,77</b>
2010	Receita total	1.867.225.000,00
	Royalties e P.E.	1.016.021.000,00
	<b>Percentual</b>	<b>54,41</b>
2011	Receita total	2.044.462.000,00
	Royalties e P.E.	1.231.637.000,00

Percentual		60,24
2012	Receita total	2.403.733.000,00
	Royalties e P.E.	1.354.233.000,00
	Percentual	56,34

**Tabela 2.** Relação percentual de recursos de royalties e Participações Especiais sobre receita total.

Fonte: Organização da graduanda Jaira Calil (Ciências Sociais/UFF-Campos) a partir do Estudo Socioeconômico dos Municípios/TCE-RJ

A tabela 2 mostra que, na última década, o município de Campos dos Goytacazes obteve um acréscimo percentual na arrecadação em royalties e participações especiais de aproximadamente 300%. Apesar do crescimento populacional que o município apresentou no mesmo período (seja por crescimento vegetativo, seja por migração), os números da arrecadação ainda são muito mais expressivos do que os gastos representados pelo crescimento populacional, o que traduz um superávit evidente entre arrecadação e despesas, em um primeiro momento.

Com esse montante de investimentos, era de se esperar que a qualidade de vida no município de Campos dos Goytacazes, bem como em outros municípios da região Norte Fluminense, apresentasse um incremento mais significativo do que o que vem sendo observado atualmente. Daí estabelecermos uma comparação entre o que vem sendo divulgado em termos de números acerca do crescimento (econômico) de Campos dos Goytacazes e aquilo que realmente vem contribuindo para o desenvolvimento (sócio-espacial) no município e região. Apesar da melhora nos indicadores de qualidade de vida que constituem o IDH, por exemplo, esses ainda se mantêm aquém do ideal e também do que seria compatível com o crescimento econômico no período.

A tabela 3 mostra que o valor per capita referente à arrecadação em royalties passou de 387 Reais para mais de 2 mil Reais em dez anos, o que representa um incremento percentual de mais de 450%.

Variável por ano		Campos dos Goytacazes
2000	Royalties e P.E.	157.870.000,00
	População	406.989
	Valor per capita	387,90
2010	Royalties e P.E.	1.016.021.000,00
	População	463.731

	Valor per capita	2.190,97
% de	Royalties e P.E.	543,58
acréscimo	População	13,94
	Valor per capita	464,83

**Tabela 3.** Valor per capita de royalties e participações especiais (em Reais) e percentual de acréscimo entre 2000 e 2010. Fonte: Organização da graduanda Jaira Calil (Ciências Sociais/UFF-Campos) a partir de dados obtidos em InfoRoyalties (disponível em [www.inforoyalties.ucam-campos.br](http://www.inforoyalties.ucam-campos.br)) e IBGE.

A título de comparação, o primeiro município do Brasil no ranking do IDH-M/PNUD<sup>1</sup>, São Caetano do Sul (SP) apresentou em seu balanço orçamentário de 2014<sup>2</sup>, uma receita municipal (correntes e de capital) de aproximadamente 850 milhões de Reais. São Caetano do Sul possui uma população de 157 mil habitantes, o que resulta em uma receita per capita de 5.400,00 Reais por habitante, em média. Campos dos Goytacazes apresentou em seu balanço orçamentário de 2014 uma receita de pouco mais e 2,5 bilhões de Reais<sup>3</sup>. Para uma população de pouco menos de 500 mil habitantes, o que resulta em uma receita per capita de 5.000,00 Reais, aproximadamente, no entanto, as diferenças quanto aos indicadores de desenvolvimento dos dois municípios são significativas. Para se ter um parâmetro de comparação com São Caetano do Sul (SP), primeiro município no ranking do IDH-M /PNUD (ainda que o Índice de Desenvolvimento Humano seja falho para alguns tipos de conclusões em aspectos metodológicos e analíticos), Campos dos Goytacazes ocupa a 1.427<sup>a</sup> posição na mesma lista.

### O “desenvolvimento sócio-espacial” como instrumento de análise

Relacionar os impactos desse crescimento ao conceito de desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2003, 2005, 2006 e 2008) fez-se importante na medida em que conquistas em termos de acesso ao espaço urbano e toda sua matriz de funcionalidade, como habitação, transportes, segurança, entre outros (CORRÊA, 1989; DINIZ, 1995; CARLOS, 2004), trabalho/emprego e serviços básicos como saúde, educação, lazer e cultura, não sejam meras exigências conjunturais, mas direitos

<sup>1</sup> Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A pesquisa foi elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

<sup>2</sup> Segundo o Portal da Transparência (<http://portaldacidadeania.saocaetanodosul.sp.gov.br/>). Em 11/02/2015.

<sup>3</sup> <http://www.transparencia.campos.rj.gov.br/orcamento/orcamento14-10def.pdf>. Em 11/02/2015.



fundamentais de todo ser humano e que devem ser tratados como tal a partir de uma abordagem que se preocupe com a *qualidade de vida*<sup>4</sup>, e tendo consciência de que

o espaço não é redutível às relações sociais, nem é delas uma simples “instância” (como a cultura, a economia e a política são dimensões ou facetas delas), mas é uma dimensão da sociedade concreta, compreensível mediante o processo de sua produção material e simbólica e à luz das relações sociais que o modelam e que, por seu turno, são por ele influenciadas. Devido a essa consciência acerca da importância da dimensão espacial é que se julga razoável e legítimo falar de desenvolvimento sócio-espacial. Não se faz referência, aqui, ao desenvolvimento apenas do espaço social (situação em que a grafia deveria ser socioespacial), mas à transformação das relações sociais e do espaço social. Para o autor desse texto, o desenvolvimento, isto é, o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, é uma incessante busca por mais justiça social e qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva. (...) Sem abrir mão de um horizonte analítico e político-filosófico radical, a presente reconstrução do conceito de desenvolvimento enquanto desenvolvimento sócio-espacial reconhece que ganhos e perdas de autonomia ocorrem nas mais diversas escalas temporais e espaciais, inclusive quotidianamente, e é necessário saber estimar adequadamente cada vitória (e cada derrota). (...) À luz disso, “desenvolvimento sócio-espacial” refere-se a um processo, a um devir, e não a um estado. (SOUZA, 2006, p.111, 112, 113. Grifos do autor.)

É em acordo com essa perspectiva de análise, e apoiados em autores que possuem destaque em suas contribuições para a Geografia Econômica (CORAGGIO, 1987; LIPIETZ, 1988; STORPER, 1990; BODY, 1990; BENKO, 1993; IANNI, 1996; MÉNDEZ, 1997a e 1997b; CASTELLS, 1999; ROCHA, 2006 e outros), e tomando o “desenvolvimento” como um conceito mais amplo, mais completo e mais “social” e “político”, do que “econômico”, que buscamos compreender o sentido do crescimento e os impactos das atividades econômicas recentemente implementadas em Campos dos Goytacazes.

---

<sup>4</sup> “Sobre o conceito de qualidade de vida, é conveniente esclarecer a diferença entre ele e o conceito de padrão de vida. Enquanto este diz respeito ao poder aquisitivo de um indivíduo, expressando-se através de uma grandeza mensurável – o dinheiro – e tendo como referência o mercado, a qualidade de vida é algo muito mais abrangente. Ela engloba também as coisas que não podem ser simplesmente adquiridas pelos indivíduos no mercado (e, em vários casos, nem sequer podem ser medidas, a não ser, eventualmente, em uma escala ordinal), mas que interferem no seu bem-estar. Exemplos são a beleza cênica, a qualidade do ar e a liberdade política.” (SOUZA, 2005: 117)



“Desenvolvimento” não deixa de ser, também, busca pela transformação das relações sociais e do espaço social tendo como horizonte uma ampla “mudança para melhor”. Essa mudança para melhor que se quer e se tenta construir não se esgota na conquista do espaço material, como uma moradia melhor e acesso a determinadas áreas de uma cidade, mas almeja a conquista de um espaço, também, imaterial, com a garantia do direito real e legítimo a esta cidade, com todos os seus predicados, como sinalizam Santos, 1979, 1993 e 2003; Harvey, 1980; Abreu, 1981; Gottdiener, 1993; Kowarick, 1993; Souza, 1997 e Castells, 2000.

Para tanto, é fundamental a “incessante busca por mais justiça social”, não apenas para si, mas para todos e, também, não só em sentido econômico-material – como acesso aos bens de consumo coletivo, o dinheiro e a distribuição de renda – mas, como nos lembra Souza (2005, p. 117), no que diz respeito às coisas que não podem ser simplesmente compradas, alugadas, trocadas, enfim, que remetam a algum tipo de valor de mercado.

A busca por justiça social significa buscar aquilo que conduz ao bem-estar. Uma bela paisagem, a possibilidade de dormir sem preocupação com segurança física de sua família, o direito de ir e vir, a perspectiva de desfrutar de um dia de lazer em um espaço público agradável, a qualidade da educação recebida pelos filhos, a saúde (própria e da família) e, especialmente, a liberdade. Esses são todos elementos que qualificam a vida de um indivíduo e da coletividade e que não estão, ou não deveriam estar condicionados necessária ou diretamente por sua situação econômica e de renda, mas pelo grau de desenvolvimento urbano alcançado por uma dada sociedade em um dado momento histórico.

No que se refere a um conjunto de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD) – classificação mais complexa e abrangente em termos de referências de qualidade de vida, ainda que sujeita a falhas e deficiências – como vimos na Introdução, a situação de Campos dos Goytacazes ainda está muito aquém do montante de investimentos que o município tem recebido, bem como deixa muito a desejar quando os dados são comparados às notícias sobre o crescimento do PIB e geração de empregos.

É importante notar, por exemplo, que a região Norte Fluminense vem apresentando diferenças quanto aos dados relacionados à emprego, renda e desenvolvimento.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes Campos dos Goytacazes – RJ			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	<b>0,318</b>	<b>0,474</b>	<b>0,619</b>
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	33,55	41,76	55,50
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	51,03	87,83	95,78
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	14,12	22,53	39,31
<b>IDHM Longevidade</b>	<b>0,658</b>	<b>0,751</b>	<b>0,830</b>
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,45	70,06	74,82
<b>IDHM Renda</b>	<b>0,617</b>	<b>0,662</b>	<b>0,715</b>
% de extremamente pobres	15,66	6,47	3,67
% de pobres	42,13	23,75	13,49
Índice de Gini	0,62	0,56	0,55
Renda per capita (em R\$)	371,75	490,87	682,59

**Tabela 4.** Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Segundo os dados do PNUD/IPEA/FJP, o IDH-M e seus indicadores fracionados apresentaram melhora significativa nas duas últimas décadas, tanto em Campos dos Goytacazes, quanto nos demais municípios da região<sup>5</sup>, como mostra a Tabela 4. No entanto, alguns dados ainda refletem problemas crônicos que estão relacionados, principalmente, à distribuição de renda. O percentual de pobres e extremamente pobres em Campos dos Goytacazes ainda ultrapassa os 17%, o que significa quase um quinto da população do município vivendo com menos de 140 Reais (pobres), ou 70 Reais (extremamente pobres) per capita/mês<sup>6</sup>. A renda per capita no município em 2010 era de cerca de um salário mínimo<sup>7</sup>, apesar da receita municipal per capita ultrapassar os 5 mil reais. Esses dados invariavelmente se materializam no espaço urbano de Campos dos Goytacazes através da segregação sócio-espacial e, também, da autosegregação, (SOUZA, 2008). Tais processos expressam aquilo que Souza (2005: 216) denomina “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” que se define, em primeiro lugar, a partir da fragmentação (ou aprofundamento daquela já existente) territorial da cidade no sentido explícito do conceito de território.

<sup>5</sup> Que pode ser conferido em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>.

<sup>6</sup> Segundo metodologia proposta pelo IDHM/PNUD, 2013.

<sup>7</sup> Em valores de 2015.

O que se coloca em questão é a territorialização de espaços urbanos por diferentes protagonistas criando um contexto geral de erosão da sociabilidade e do espaço público (SOUZA, 2005; 2008).

O que está em jogo, na esteira da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, é a própria cidade em seu sentido usual – ou seja, como uma unidade na diversidade, em que as contradições de classe, as tensões de fundo étnico e a segregação residencial daí decorrente não eliminam a percepção da cidade como uma entidade geográfica coerente. A fragmentação, como o nome indica, relativiza ainda mais e decisivamente uma unidade desde sempre já relativizável à luz de sua diversidade. (SOUZA, 2005, p. 217)

O primeiro aspecto importante deste processo é a “fragmentação” da cidade que se materializa no fechamento e relativo isolamento de diversos espaços motivados justamente pela sensação de insegurança, pelo medo, pela violência, pela desconfiança, enfim, pelas profundas diferenças em relação ao outro. A crise da segurança pública que atingiu as grandes capitais brasileiras na década de 1980, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, e que engendraram um processo de autosegregação das elites urbanas a partir dos anos 1990 (SOUZA, 2005, p. 97) começam a “inspirar” padrões de vida e de sociabilidade também nas cidades médias e capitais regionais alguns anos mais tarde, mas por processos territoriais em gérmen, semelhantes.

O aumento da pobreza urbana e da informalidade, a degradação física de alguns espaços cidade (principalmente as áreas centrais tradicionais e periferias de baixa renda), o aumento (em extensão e número) de áreas favelizadas (identificadas como “aglomerados subnormais” na classificação e análises estatísticas do IBGE – 2010) e o incremento da violência motivaram a parcela mais rica da classe média e as elites urbanas (muitas vezes migrantes vindos de outras cidades, outros estados e até países, no caso de Campos dos Goytacazes) a buscar espaços cada vez mais individualizados, privados, exclusivos, vigiados e protegidos contra os “perigos da cidade”.

A expansão das favelas está associada a uma estratégia de sobrevivência das frações mais pobres da classe trabalhadora que buscam ocupar as áreas menos valorizadas da cidade e, simultaneamente,

próximas dos importantes espaços econômicos da mesma, o que resulta em uma redução no gasto com transportes, habitação e, conseqüentemente, significa uma redução no custo de vida.

A especulação imobiliária urbana, por sua vez, cresce conforme a expansão urbana ganha corpo, os proprietários fundiários optam por não construir nos terrenos mais próximos à área central esperando sua valorização posterior. Como a expansão da mancha urbana, áreas cada vez mais distantes são incorporadas ao mercado imobiliário e dotadas de uma infraestrutura mínima pelo Estado, principalmente transportes, saneamento e energia. Assim, os terrenos vazios passam a estar localizados entre duas áreas já urbanizadas, o que garante sua valorização sem que os proprietários tenham feito nenhum tipo de investimento ou melhoria e dessa forma consigam auferir renda sem gastar nenhum capital.

O Estado contribui decisivamente para tal processo uma vez que não há nenhuma política de uso do solo urbano que obrigue a construção em terrenos vazios para evitar a especulação e, ao mesmo tempo, o Estado investe em projetos habitacionais em áreas distantes, contribuindo para a ocupação periférica, como vem acontecendo com o Programa Habitacional do Governo Municipal, o “Morar Feliz”.

O programa possui uma clara estratégia de periferização da população de baixa renda e reservação de solo urbano em áreas nobres para especulação e adensamento de alto padrão. Esta estratégia se torna mais evidente ao circularmos pela cidade e percebermos a quantidade de terrenos e imóveis vagos em áreas centrais, dotadas de infraestrutura e serviços que poderiam estar sendo destinados à habitação popular se o real objetivo do programa fosse evitar a ocupação e a moradia em áreas consideradas como “de risco”. É cristalina a estratégia do poder público em reforçar esse processo de periferização, ao invés de criar mecanismos de combatê-la (MENDES, GOMES e SIQUEIRA, 2014; ARRUDA, 2014; AZEVEDO, TIMÓTEO e ARRUDA, 2013).

Assim como a organização do trabalho e a reprodução do capital (dos seus conflitos e contradições) não podem ser redutíveis à economia, a reflexão acerca da segregação sócio-espacial, também não o é. A segregação, além de sua identificação econômica, relacionada à apropriação de riquezas, também

pode ser caracterizada como uma desigualdade estrutural da apropriação residencial, estética, econômica e política do espaço urbano, na distribuição dos equipamentos coletivos, nas práticas discursivas que legitimam uma série de práticas discriminatórias, racistas, autoritárias e violentas em relação à população mais pobre. (RAMOS, 2003, p. 19)

A questão da moradia e da segregação não fica restrita ao debate sobre os aglomerados subnormais ou à favelização do município. É cristalino o padrão centro-periferia nos serviços, a renda e a infraestrutura técnica e social pioram conforme se afastam da área central<sup>8</sup>.

A análise da geografia dos investimentos e da agregação de valor ao solo urbano em Campos dos Goytacazes, por exemplo, é de fundamental importância para uma reflexão sobre o tipo de crescimento e de desenvolvimento que a cidade vem vivenciando há alguns anos e na atualidade.

Campos apresenta um padrão de segregação sócio-espacial do tipo centro-periferia clássico: uma área central (localizada à margem direita do Rio Paraíba do Sul, na metade sul do município cortado por este rio) rica, bem dotada de infraestrutura técnica e urbana, concentradora dos melhores e mais diversificados serviços e comércio, população com maior poder aquisitivo, menor índice de desemprego e predominantemente branca, ao passo que quanto mais afastado deste centro (vetor oeste e norte do município), os indicadores socioeconômicos vão se deteriorando, assim como o padrão de vida da população, seu acesso a serviços básicos (moradia, transporte, saúde, educação e segurança) etc.

Esse padrão de segregação torna-se evidente quando olhamos os dados sobre renda do município (IBGE, 2010)<sup>9</sup>, quando observamos que de uma população de quase 400 mil pessoas (na época),

<sup>8</sup> Constituída pelo atual Centro Histórico e adjacências, caracterizado pelo dinamismo do comércio e serviços e pelos bairros residenciais de classe média e alta, que concentram a maior parte dos serviços modernos e sofisticados da cidade, como os bairros ao longo da Avenida Pelinca que se localizam entre a Avenida 28 de Março e a rua XV de Novembro.

<sup>9</sup> [http://www.cidac.campos.rj.gov.br/images/stories/Dados\\_do\\_Universo/trabalho\\_e\\_renda/Tabela\\_1\\_Trab\\_\\_Rend.pdf](http://www.cidac.campos.rj.gov.br/images/stories/Dados_do_Universo/trabalho_e_renda/Tabela_1_Trab__Rend.pdf)

apenas 5,07% ganhavam acima de cinco salários mínimos, 40% não tinham rendimento algum e 44,8% ganhavam até dois salários mínimos. É possível observar a forte concentração de renda, cuja materialidade se expressa em um espaço urbano fortemente segregado. Levando-se em conta ainda o peso da herança colonial e escravocrata que se faz fortemente presente nas relações sociais cotidianas (lembramos que Campos foi a última cidade do Brasil a abolir a escravidão), agrava-se o retrato de desigualdade com uma segregação espacial também nitidamente racial.

Os bairros e as áreas a que se destinam os programas habitacionais para população de baixa renda, em geral, localizam-se em áreas muito afastadas dos centros polarizadores e de negócios da cidade, bem como carecem, muitas vezes, de infraestrutura básicas, como disponibilidade de transporte público para diferentes regiões da cidade, escolas, creches e postos de saúde, entre outros. Ou seja, para os órgãos de planejamento os trabalhadores pobres não precisam de certos atributos para tantos outros considerados elementares, ou essenciais.

O Programa Habitacional da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, o “Morar Feliz”, estima a construção de um número muito maior de moradias do que seria necessário para erradicar os aglomerados subnormais no município (Tabela 5). Podemos afirmar com certa segurança que, em cinco anos, o número de aglomerados subnormais aumentou e que uma série de habitações consideradas adequadas à moradia possivelmente se deteriorou. No entanto, o programa estima a construção de 5.100 unidades em sua primeira fase e de 4.574 unidades na segunda fase, um total de 9.674 unidades<sup>10</sup>, mais do que o dobro das moradias em aglomerados subnormais identificadas pela pesquisa do IBGE.

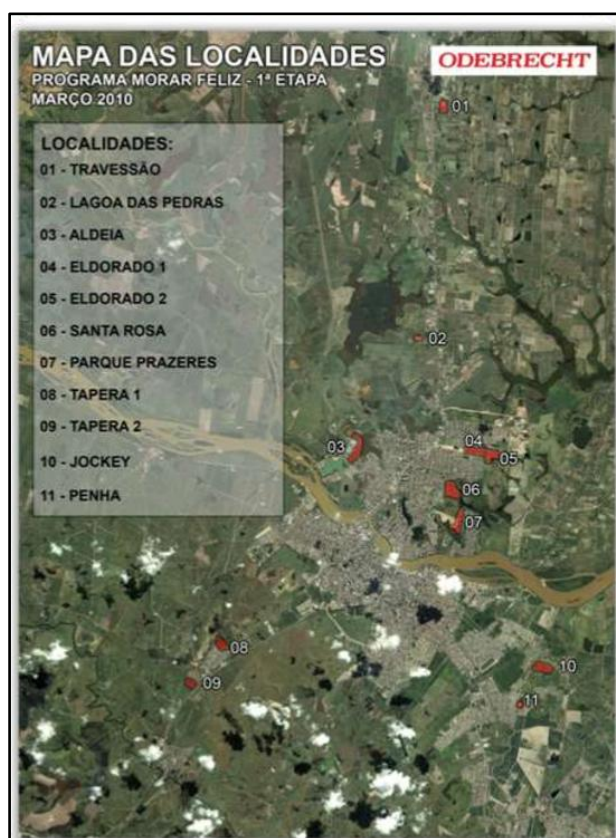
Campos dos Goytacazes (RJ)	IBGE - 2010	
Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Aglomerados Subnormais		
Domicílios particulares ocupados	142.637	Unidades
Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	4.595	Unidades
População residente em domicílios particulares ocupados	461.879	Pessoas
Número de aglomerados subnormais	27	Unidades

<sup>10</sup> PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES -RJ – EMHAB/Programa Morar Feliz. - PROGRAMA MORAR FELIZ 10.000 (DEZ MIL) CASAS POPULARES. Acesso em 15/02/2015. <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>.

Média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	3,43	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais / % do Total	15.777 / 3,4%	Pessoas

**Tabela 5.** Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100>. Em 13/02/2015.

O que essa dinâmica nos diz? Que em cinco anos, apesar de melhorias no poder aquisitivo e no IDH, o número de moradias inadequadas ou em áreas precárias mais do que dobrou. Ou então, os dados oficiais simplesmente não refletem a realidade que se expressa diretamente na necessidade de uma política pública mais ampla do que os dados estatísticos. Além disso, devemos ressaltar que tal programa reforça ainda mais a segregação sócio-espacial, uma vez que a construção dos conjuntos habitacionais ocorre, como vimos, exatamente nas áreas periféricas da cidade, como aponta a prancha de divulgação do Programa disponibilizada pela Prefeitura e pela Construtora responsável pelas obras (Figura 2).



**Figura 2.** Fonte: Divulgação Odebrecht Programa Morar Feliz – Campos dos Goytacazes – RJ. Imagem de 2010.



No jogo no mercado imobiliário em Campos dos Goytacazes há, ainda, um importante elemento que se trata da supervalorização do solo urbano e da especulação imobiliária que se abateram sobre a cidade na última década, em grande parte, em função das obras do Empreendimento Logístico-Portuário do Açu e, também, da atuação da Petrobrás e subsidiárias na região. Essas atividades possuem um grande impacto sobre a dinâmica populacional local, em especial sobre as migrações e, normalmente, acarretam uma elevação na média do custo de vida, o que contribui significativamente para nossa discussão a respeito do desenvolvimento sócio-espacial.

A maciça procura por imóveis (aluguel e venda) e também por vagas em hotéis para temporada e períodos curtos na cidade teve e ainda tem suas peculiaridades. Grande parte da procura por esses imóveis vem da parte de migrantes motivado por trabalho. São profissionais de diferentes especialidades que buscam o município para se estabelecer de forma definitiva ou temporária em atividades diretamente ligadas ao ramo logístico, industrial e extrativo mineral, mas também um contingente considerável de outros profissionais ligados aos diferentes ramos de atividades que ganharam uma nova dinâmica nos últimos anos, como profissionais da educação e formação para o trabalho, ramo comercial e prestação de serviços diversos para todos os setores da economia.

Em geral, esses trabalhadores que migram possuem um nível de renda superior à média do município e, vindo de centros urbanos de maior representatividade em escala, buscam as áreas centrais e mais bem servida de infraestrutura para se instalar. Desta forma, os bairros do chamado “quadrado mágico” de Campos dos Goytacazes (Figura 3) passaram a ser muito procurados por novos moradores, aguçando a ambição de proprietários, investidores e do ramo imobiliário local e regional.



**Figura 3.** Fonte: [http://www.geocities.ws/cerotary\\_2/custodopolis.html](http://www.geocities.ws/cerotary_2/custodopolis.html). Acesso em 17/02/2015.

A intensa valorização do solo urbano em Campos dos Goytacazes faz com que hoje o metro quadrado do solo urbano nos bairros da área central da cidade se compare ao custo do metro quadrado em alguns bairros da “cidade olímpica do Rio de Janeiro”, bem como de outras capitais brasileiras. O valor do preço médio do metro quadrado de um imóvel à venda em Campos dos Goytacazes alcançou os R\$ 3.806, segundo o sindicato de agentes imobiliários e a tendência vem sendo de aumento constante. O último registro anual demonstra que o crescimento foi de 27,25% em comparação ao mesmo período do ano passado. Essa realidade praticamente inviabiliza, ao menos para uma considerável parcela da

população residente no município por tradição familiar, o acesso à imóveis, comércio e serviços disponibilizados nessa área da cidade.

A grande procura por imóveis por uma recém-chegada classe média<sup>11</sup>, e também pela população residente há mais tempo acabou por contribuir, também, para a chegada ao município de empreendimentos residenciais já bastante consolidados em outras cidades brasileiras, especialmente metrópoles, capitais e cidades médias de grande crescimento recente<sup>12</sup>.

Tais empresas vêm incorporando uma fatia importante do mercado imobiliário da cidade e, mais do que isso, acabam por liderar um boom imobiliário no que se refere ao lançamento de outros empreendimentos (residenciais, comerciais e de infraestrutura), além da intensa verticalização da área central e mais valorizada da cidade e elevação de preços dos imóveis para compra e venda. Essa dinâmica acaba por contribuir para o aprofundamento do apartheid sócio-econômico na cidade que se expressa claramente no espaço através da separação entre ricos e pobres por áreas/bairro/distritos da mesma.

Para citar um exemplo, a construção do primeiro condomínio da Damha Urbanizadora (Damha Campos I, que teve todos os lotes vendidos em cerca de 12 horas<sup>13</sup>) foi um dos responsáveis pelo processo de remoção de uma favela localizada nas imediações do futuro condomínio, a Favela Margem da Linha (Figura 4).

A implantação do Boulevard Shopping, em 2009, nas proximidades da Favela Margem da Linha e a demarcação das casas dessa Favela pelo programa “Morar Feliz” 6, da Prefeitura Municipal

<sup>11</sup> Campos dos Goytacazes tem sido alvo de intensa procura por trabalhadores de empresas e prestadoras de serviços que atual nos grandes empreendimentos de infraestrutura em construção no Norte Fluminense, a saber, o Porto do Açu, em São João da Barra, o Porto de Barra do Furado em Campos dos Goytacazes e as próprias atividades da Petrobrás e subsidiárias em diversos setores atuando em vários municípios da região. Muito dessa procura se dá na forma de imóveis por contrato de curto prazo (imóveis mobiliados, conjugados e flats, para trabalhadores que se deslocam de suas residências semanalmente para trabalhar), mas também há trabalhadores que buscam imóveis maiores e por tempo contratual usual (24 ou 30 meses) para permanência com a família.

<sup>12</sup> Dois desses empreendimentos já territorializados no município são o *Alphaville* e os condomínios *Damha I e II*. ALPHAVILLE URBANIZADORA. <http://www.alphaville.com.br/portal/institucional>. Acesso em 15/02/2015. GRUPO ENCALSO-DAMHA. <http://www.damha.com.br/institucional/grupo-encalso-damha/>. Acesso em 15/02/2015.

<sup>13</sup> Fonte: <http://www.damha.com.br/empreendimentos/damha-campo-goytacazes/>. Acesso em 16/04/2015, 11h.

de Campos dos Goytacazes, sinalizam a possibilidade de transferência dessas famílias para áreas demarcadas pelo referido programa. Como hipótese, isto decorre da especulação imobiliária ao entorno do Boulevard Shopping e da implantação de outros empreendimentos privados, como redes hoteleiras, loteamentos fechados etc., para quem a presença da Favela torna-se um obstáculo à maior valorização da área onde se inserem. (GOMES, SIQUEIRA e MENDES, 2013, p. 06)

A referida favela encontra-se (atualmente só uma pequena parte dela que ainda não foi removida) às margens de uma via férrea que corta a cidade e cruza a rodovia BR-101. No cruzamento em questão localiza-se o maior shopping Center da cidade e, no terreno localizado atrás desse estabelecimento comercial estão localizados os empreendimentos Damha I e II. Inicialmente, com a construção do Shopping, foi feito o cadastramento para remoção de algumas famílias sob alegação de que encontravam-se em área de risco às margens de via férrea e rodovia. Com a definição e início de instalação de infraestrutura para o Condomínio Damha, foi instalado um guardrail bloqueando a circulação de veículos da estrada que margeia a favela, paralela à ferrovia (carros, carroças e veículos maiores) e permitindo apenas a circulação de pedestres e bicicletas sob a alegação de garantir a segurança das pessoas, contudo, é sabido que tal intervenção teve por objetivo impedir o acesso de veículos (no sentido de quem vem do lado da estrada em que está situada a favela) à Estrada das Palmeiras, via que leva à entrada dos condomínios (Figura 4).



**Figura 4.** Ilustração: Desenvolvida pela autora a partir da ferramenta Google Earth. Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil, imagem de 2012.

A Favela Margem da Linha constitui-se em um espaço historicamente produzido pela camada trabalhadora de baixa renda. No entanto, na atual conjuntura política e econômica do município é percebida como um entrave à maior dinamização da área onde está localizada. Assim, o Estado, atuando de acordo com a lógica capitalista, incube-se da sua remoção. (GOMES, SIQUEIRA e MENDES, 2013, p. 09)

Quando se fala, desse modo, sobre a remoção de população pobre e construção de condomínios exclusivos, bem como de espaços coletivos cujos usos são condicionados ao potencial de consumo, deixando desse modo, de serem espaços públicos em sentido primordial para se tornarem espaços privados de uso público, porém condicionado à questão de classe, é da segregação sócio-espacial e à fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SOUZA, 2008) que se quer referir.

No campo das “políticas de compensação” às referidas intervenções de remoção de populações de baixa renda, destacamos o já mencionado “Programa Morar Feliz” gerido pela Empresa Municipal de Habitação Urbanização e Saneamento – EMHAB – do Município de Campos dos Goytacazes. O programa tem como objetivo “zerar os moradores de área de risco e retirar todas as famílias que vivem no aluguel social” (SIC) e foram introduzidos “em várias localidades do município onde tinha demanda de moradias, priorizando famílias em área de risco e moradores do aluguel social” (SIC)<sup>14</sup>.

É importante ressaltar que esses projetos têm sido implantados e levados à diante absolutamente à revelia dos cidadãos e, especialmente, daqueles diretamente atingidos pelas obras e remoções. A classe média e alta da cidade apoia as medidas, tanto pelas questões socioeconômicas e culturais, quanto (e principalmente) pelo fato das obras terem elevado os valores dos imóveis na cidade a cifras exorbitantes, com estimativas de valorização que podem chegar ao 400% em algumas áreas da cidade.

Concomitantemente, a despeito do grande número de moradias construídas para fins de habitação popular em diferentes pontos do município, reforçamos a análise de que não existe uma preocupação do

---

<sup>14</sup> Divulgação Institucional “Programa Morar Feliz campos dos Goytacazes – 10.000 casas populares”. Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes.



Estado em garantir à população de baixa renda um verdadeiro direito à cidade, por meio do acesso facilitado aos bens de consumo coletivo, aos serviços básicos e culturais.

Nessa perspectiva, podemos destacar a precariedade do serviço de transporte que apresenta graves problemas, como a qualidade de veículos que compõem a frota, ausência de um plano eficiente para a circulação interna nos bairros, ficando restrita às grandes vias (XV de Novembro, Av. 28 de Março, Av. José Alves de Azevedo, por exemplo), insegurança nos terminais, demora na espera do transporte, lotação dos veículos etc. Os subsídios municipais mantem a passagem a R\$ 1,00 parecem inviabilizar a adoção de uma política pública robusta e consistente em relação ao transporte: as empresas ficam satisfeitas com os vultosos repasses que cobrem os custos e a população parece incapaz de se mobilizar por conta do reduzido custo da passagem.

O problema do transporte público se agrava quando constatamos que a frota de veículos particulares do município é de aproximadamente 200 mil veículos<sup>15</sup> para uma população estimada em menos de 500 mil habitantes. Esses números já nos permitem visualizar um problema de mobilidade urbana que começa a se fazer sentir, principalmente na área central com engarrafamentos, falta de vagas nas ruas e, evidentemente, a dificuldade na fluidez do trânsito urbano.

O sistema de saúde também começa a apresentar problemas em função do crescimento populacional, tanto na rede pública quanto na privada. É visível o aumento da demanda por serviços médicos, tanto em ambulatorios quanto em serviços de emergências (que, muitas vezes, fazem as vezes dos ambulatorios), internações e exames. Apesar do aumento da demanda, o município apresenta um índice aproximado de 3,2 leitos a cada mil habitante, acima da média ideal proposta pelo Ministério da Saúde (2,5) e dentro do mínimo estipulado pela Organização Mundial da Saúde (3 a 5 leitos por mil habitantes). A partir dos dados do IBGE, relativos a 2010, a rede é constituída por 88 estabelecimentos privados, 87 municipais, 1 estadual e nenhum federal, sendo que, do total de leitos disponíveis (1.646), a maioria encontra-se na rede privada (1.446), dentro os quais 1.214 encontram-

---

<sup>15</sup> <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330100&idtema=128&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|frota-2013>

se em estabelecimentos conveniados com o SUS. Os leitos de estabelecimentos públicos são em número de 200<sup>16</sup>. Provavelmente esses números já foram alterados, no entanto, não sofreram atualizações oficiais.

Quando comparamos, por fim, o orçamento municipal com os investimentos e políticas públicas efetivamente implementadas no município, é possível observar um verdadeiro abismo entre os recursos disponíveis e a qualidade de vida da população. Em outras palavras, o desenvolvimento sócio-espacial autêntico, que leva em consideração a redução efetiva das desigualdades sócio-espaciais (renda, mobilidade urbana, acesso aos bens e serviços, infraestrutura, conforto e segurança ambiental), não atinge a maior parte da população do município. O caráter populista que caracteriza a gestão municipal há décadas investe os recursos em projetos e políticas paliativas que não colocam, efetivamente, as causas dos problemas em questão, tampouco apontam para a tentativa de superar ou, de forma mais realista, de amenizar as contradições. Campos dos Goytacazes acumulou o equivalente a R\$408,4 milhões somente no que diz respeito aos valores de royalties creditados ao município em 2010. Mesmo com essa receita, o município ocupou a 1.427<sup>a</sup> posição no ranking do IDH-M/PNUD desse mesmo ano. A receita corrente do ano de 2014 foi de R\$ 2.543.226.858,23<sup>17</sup> e, a julgar pela qualidade de vida da sua população hoje, a posição no ranking não deve ter melhorado muito no período.

Os maiores gastos estão nas rubricas “Outras Despesas Correntes” (não mencionando quais despesas), no valor de R\$ 1.058.740.206,93 e “Pessoal/Encargos Sociais” (sem maiores detalhes), com o valor de R\$ 847.672.104,57. É necessário um estudo detalhado da planilha de despesas para tentar identificar tais gastos. Apenas para ilustrar, no período de 13/01/2015 - 11/02/2015, foram repassados para a Fetranspor (Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro) mais de R\$ 5.000.000,00, montante de recursos nada desprezível, para sustentar uma política de passagens a R\$ 1,00 e que não ataca o problema efetivo do transporte público na cidade.

<sup>16</sup> <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330100&idtema=5&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|servicos-de-saude-2009>

<sup>17</sup> <http://www.transparencia.campos.rj.gov.br/orcamento/orcamento14-10def.pdf>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas no que tange ao crescimento urbano, econômico e tecnológico da cidade nos últimos 15 anos<sup>18</sup>, alavancados principalmente pela cadeia produtiva do petróleo e das atividades do Porto do Açu, como colocamos anteriormente. A população tem mais acesso a bens e serviços do que na década de 1990, a renda aumentou e a pobreza diminuiu, no entanto, tais transformações não foram capazes de reduzir efetivamente as desigualdades socioeconômicas e as sócio-espaciais.

Ao mesmo tempo em que se percebem diferenças entre o ritmo de crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a melhoria efetiva na qualidade de vida em algumas áreas da cidade, é possível afirmar que os mesmos bairros e distritos periféricos, suas favelas e seus conjuntos habitacionais de baixa renda (“Morar Feliz”), nunca estiveram “excluídos” do processo de crescimento e desenvolvimento da região core, ao contrário. A dinâmica segregacionista que ordena o território da cidade e seu entorno com políticas públicas e intervenções privadas direcionadas para isso sempre esteve intimamente relacionada à expansão e manutenção de certas formas de trabalho e determinadas condições de vida de parte da população que pudessem garantir a reprodução do capital em condições favoráveis. Ou seja, de certa forma, uma “limpeza” da área central, mais “nobre” da cidade, como a que vem sendo implementada pelo Programa Habitacional da Prefeitura, se faz necessária dentro de uma política que atenda aos padrões desejáveis para uma cidade média da importância de Campos dos Goytacazes. Contudo, não se propõe a total eliminação de parte da “engrenagem” que contribui para sua sustentação, isto é, a força de trabalho de baixa qualificação, que contribui para a construção civil, para os serviços domésticos, para trabalhos braçais, para o comércio informal etc. Os trabalhadores precários, as áreas segregadas da cidade, não constituem, assim, parcela “excluída” da sociedade e da cidade, ao menos em sentido estrito. A mesma sociedade que os rejeita e discrimina, depende de sua disponibilidade para uma série de atividades e para sua própria manutenção enquanto tal.

---

<sup>18</sup> Segundo o IBGE, entre 2000 e 2010, a população passou de 406.989 para 463.731, o maior crescimento absoluto desde 1970. Hoje (2015) a estimativa é de 500.000 habitantes.

Os dados levantados apontam que pouco dos investimentos institucionais (públicos e privados) e dos postos de trabalho gerados têm contribuído para uma efetiva “mudança para melhor” em sentido amplo, como buscamos discutir amparados na literatura.

As disparidades continuam elevadas se comparadas com o crescimento econômico apresentado pelo município, o que pode ser constatado pelo aumento da receita municipal e dos investimentos que foram realizados na cidade, principalmente no setor imobiliário, comércio e serviços. Diante disso, não podemos falar em um autêntico desenvolvimento sócio-espacial, mas sim em crescimento econômico concentrado, sem a conversão dessa riqueza em bem estar e melhoria de qualidade de vida e participação política efetiva de maior parte da população.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. “Contribuição do estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana”. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 577-585, out/dez, 1981.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF, 2014.

AZEVEDO, Sérgio de; TIMÓTEO, Márcio e ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. “Habitação social e segregação espacial: implicações do programa municipal “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes (RJ)”. 37º Encontro Anual da ANPOCS. Setembro de 2013.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

BODY, Martin. “Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica” in VALLADARES, L. & PRETENÇEILLE, E. (org.) **Reestruturação Urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

CARLOS, Ana Fani A. “Uma leitura sobre a cidade”. **Cidades**. V.1, n.1, pp.11-30, São Paulo, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORAGGIO, Jose Luis. “Los complejos territoriales dentro del contexto de los subsistemas de producción y circulación”. Colección Textos N.2, Centro de Investigaciones CIUDAD, Quito, 1987.

\_\_\_\_\_. “Economia do Trabalho”. In CATTANI, Antonio Davi (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Editora Ática, Série Princípios, 2ª ed., 1989.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, José Luis Vianna. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. Tese de doutorado IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. “Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização”. **Nova Economia**, v.3, n.1. Belo Horizonte: UFMG/FCE/DCE, 1995.

DUPAS, Gilberto. “A lógica da economia global e a exclusão social”. **Estudos Avançados** v. 12, no. 34. São Paulo: 1998.

FAURÉ, Yves A.; HASENCLEVER, Lia; SILVA NETO, Romeu. **Novos rumos da economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior**. Rio de Janeiro: epaper, 2008.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Huitec, 1980.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LIPIETZ, Alain. “New tendencies in the international division of labor regimes of accumulation and modes of regulation”. In SCOTT, A. e STORPER, M. (orgs.). **Production, work, territory: The geographical anatomy of industrial capitalism**. Bostom: Allen & Unwin, 1988.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; GOMES, Marcos Antônio Silvestre e SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. “Políticas Públicas, Moradia Popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-Rj: Uma Análise Acerca da Favela Margem da Linha”. In **LIBERTAS On Line – Revista da Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFJF**. V. 14, No 01, Juiz de Fora: 2014.

MÉNDEZ, R. “Innovación Tecnológica, Sistema Productivo y Territorio”. In idem, **Geografía Económica: La lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997a.

\_\_\_\_\_. “La nueva división espacial del trabajo” in idem, **Geografía Económica: La lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997b.

PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu (orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

RAMOS, Tatiana Tramontani. “Geografia dos Conflitos sociais na América Latina”. In: CLACSO. (Org.). Informe final del concurso: **Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro. Record. 2001.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes. “Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social”. In. **Território/UFRJ**, no.3, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.